



O arcabouço conceitual em arqueologia: Uma breve reflexão sobre Ontologia e Epistemologia

Jader Reis Monteiro¹

Como Citar:

MONTEIRO, Jader Reis. O arcabouço conceitual em arqueologia: Uma breve reflexão sobre Ontologia e Epistemologia. Revista Sociedade Científica, vol. 8, n. 1, p. 1903-1910, 2025. <https://doi.org/10.61411/rsc2025112818>

DOI: 10.61411/rsc2025112818

Área do conhecimento:

Ciências Humanas

Sub-área:

Arqueologia

Palavras-chaves: Arqueologia; Metodologia; Teoria Arqueológica; Ontologia; Epistemologia.

Publicado: 5 de outubro de 2025

Abstract

The present article has the goal of examining the concept of methodology in archaeology, arguing that it transcends the mere application of techniques and constitutes a direct reflection of the discipline's philosophical assumptions. The analysis distinguishes between two essential levels: an ontological foundation and epistemological considerations. This paper treats methodology not as an impartial set of procedures, but as the practical articulation of theory. It functions as the link connecting the material record to intellectual constructs, implying that how archaeology is done is inextricably linked to how the past is conceived.

Keywords: Archaeology; Methodology; Archaeological Theory; Ontology; Epistemology.

1. Introdução

O passado sempre foi um interesse da humanidade, uma vez que este quase mágico tempo habita, desde épocas imemoriais, o imaginário do homem. Independentemente de período, o antigo fascina e desperta curiosidade humana como qualquer outro mistério do cosmos. No entanto, a preocupação com a explicação para certos eventos pregressos, ao invés de apenas atestar seu acontecimento, é um desenvolvimento moderno e recente [8.]. Assim, a arqueologia, tendo esse objetivo, surgiu buscando entender as questões anteriormente levantadas através do estudo do Homem e sua cultura material através do tempo. A disciplina, no entanto, não pode ser

¹Universidade NOVA de Lisboa-FCSH, Lisboa, Portugal. Email: ✉



definida somente pelo interesse pelo passado, ou ainda pela actividade de escavação, ou desenterramento [6.], ela depende, necessariamente, de uma base metodológica sólida para a produção de conhecimento.

Posto isso, para além de constituir um conjunto de técnicas e procedimentos, faz-se necessário definir o conceito do que - para a disciplina - é metodologia, sendo esta reflexo direto dos pressupostos filosóficos que a sustentam. Assim, o presente artigo propõe uma análise breve do significado e da construção de considerações metodológicas que são comuns às principais teorias arqueológicas, abordando principalmente seu arcabouço conceitual.

2. **Desenvolvimento e discussão**

Começamos, assim, pelo significado e construção do que é metodologia. Ao utilizar o termo, qualquer disciplina que lida com o fenomênico, necessariamente passa pela sua construção ideativa, ou seja, por sua ontologia e epistemologia. Portanto, para efeitos deste artigo, metodologia aqui é - não tendo o sentido tradicional que costuma ter quando se aborda o tema, mas sim seu sentido radical - o entendimento dos métodos. Estas questões serão abordadas, por conseguinte, em níveis de abstração decrescente, ou seja, do conceito mais abstrato ao mais concreto. Diante do exposto, ater-se-á este artigo, principalmente para fins de concisão, no papel que a ontologia e epistemologia têm na disciplina de arqueologia, pelas consequências imediatas destes que são os termos ideativo, fenomênico e como isto influencia o pensamento arqueológico.

Ontologia é o ramo do conhecimento que se concentra na natureza da existência e do ser. É, portanto, o estudo da existência em si e das características dos seres ou entidades que existem. A ontologia busca compreender o que é real e o que existe, e como estes entes estão relacionados entre si. É, em suma, um posicionamento que se toma em relação à realidade e à sua existência ou não [3.]. Perpassa todos os campos do



conhecimento que, necessariamente, tomam posicionamentos ontológicos distintos que os definem como tal.

Na arqueologia o posicionamento ontológico consiste, entre outras coisas, no fundamental princípio que permeia a própria questão acerca da existência e natureza dos artefatos². A temporalidade, a existência de um passado e sua antiguidade, são exemplos de posicionamentos ontológicos indispensáveis para este campo do conhecimento [2.]. Desta forma, a arqueologia lida diretamente com o fenomênico, possuindo aspectos ontológicos que perpassam uma visão diacrônica e materialista da realidade.

Dentro destas premissas, no entanto, não existe necessariamente um consenso em qual é o papel da ontologia em arqueologia, havendo então um certo impasse envolvendo as contradições entre as mais diversas correntes de pensamento na disciplina [9.]. Diferentes linhas de teoria arqueológica se valem de diferentes posicionamentos ontológicos, que variaram ao longo do tempo, sem que no entanto divergissem em um ponto crucial para todas elas: a existência de uma cultura material.

Isto denota uma tomada de posição que, por mais óbvia e trivial que possa parecer, coloca a ciência do lado materialista da clássica discussão ontológica do materialismo versus idealismo. A arqueologia, como posto anteriormente, por mais divergentes que algumas posições ontológicas tomadas por diversos autores de diversas linhas de pensamento arqueológico, desde o histórico-culturalismo, passando pelo processualismo e pós processualismo, é uma disciplina com forte ontologia materialista. Nesse sentido, todas as ontologias em arqueologia possuem como fundamento a ideia de que o mundo, ou o universo, existe por si só independentemente de observadores, ou seja, é externo a quem o observa. Portanto fatos que ocorrem ou ocorreram, antes ou depois do aparecimento da espécie humana - seu observador não único - existem paralelamente do interesse da mesma (BUNGE et MAHNER apud [2.]).

Posto isso, nesta afirmação, por sua vez, está implícita a formação do pensamento que permeia em grande parte a teoria e métodos arqueológicos, que, através

²Entende-se por artefato, qualquer ente que tenha sido modificado pela ação humana, direta ou indiretamente [2.].



do tempo, teve forte influência em estabelecer os pressupostos postos no parágrafo anterior e foi estabelecida por essas mesmas posições ontológicas. Este encadeamento do histórico do ‘pensamento arqueológico’, que aparentemente teve início no interesse por ‘artefatos antigos’ na antiguidade, práticas místicas das mais diversas mitologias, pelas coleções reais medievais, pelos gabinetes de curiosidades e antiquários do período moderno e emergiu nos séculos XVIII e XIX [8.], como um dos principais divisores de águas no que tange ao conhecimento da antiguidade do homem e no estabelecimento da antiguidade da terra através de Steno, Cuvier, Worsae e vários outros que se valeram - entre outras evidências - da cultura material para estabelecer que o passado existiu mesmo quando não lá havia ninguém para o descrever. A partir disto estabeleceram-se as próprias ontologias que dão sustentação à arqueologia atualmente.

Dessa forma, a discussão ontológica em arqueologia não debate mais se a realidade material existe, não debate mais sobre a existência intrínseca de um passado do qual seu objeto de estudo é oriundo, nem sobre sua atestada antiguidade. Mas sim quais objetos podem ser tomados como cultura material e quais não o podem, ou ainda, sobre se algo é de origem antrópica ou não. De forma que a própria definição do que é arqueologia, depende diretamente das posições ontológicas assumidas em relação ao seu objeto de estudo, ou ainda qual é o seu objeto de estudo. Conseqüentemente, estas questões levam a outras: como os arqueólogos chegam a conclusões sobre o passado a partir dos artefatos, quais são os métodos de escavação, datação e análise, quais os limites do conhecimento que a arqueologia pode produzir ou ainda, entre outras questões, como a interpretação de uma cultura material pode ser validada.

As questões por último postas acima, deixam de ser questões de ordem ontológica e, portanto, passam a ser discutidas pela epistemologia - campo da filosofia que se concentra no estudo do conhecimento - que, diferentemente da ontologia, concerne-se não da existência de uma realidade em si mas, sim da relação entre mente e mundo. É o estudo do saber, incluindo sua natureza, origem, validade, alcance e



limites. A epistemologia busca compreender como adquirimos conhecimento, como sabemos o que sabemos e como podemos determinar sua validade. Ela também se concentra em questões como a distinção entre conhecimento empírico e conhecimento a priori, e as diferenças entre verdade, crença e justificação [5.].

Para a arqueologia, a epistemologia lida principalmente, como acima evidenciado, com a natureza inferida ao seu objeto de estudo, quais pressupostos ontológicos podem ser válidos e quais não. Posto isso, a epistemologia na arqueologia lida com as construções teóricas e sistemas de pensamento diversos, conceitos e abordagens como por exemplo as já citadas correntes mais conhecidas da disciplina: histórico-culturalismo, processualismo e contextualismo [1.]. Ou seja, relaciona-se com o fato de que a arqueologia, como todas as outras ciências, lida com fenômenos, isto é, com a materialidade e eventos que ocorrem ou ocorreram no mundo físico, ou seja, no campo fenomênico [2.].

Derivando-se desta definição há a dicotomia, oriunda em parte do dualismo cartesiano, entre o mundo físico e o não físico, etéreo por assim dizer. Essa visão é aqui colocada para distinguir conceitos e entidades, sendo esta então pormenorizada - no que tange à sua origem - por Wallace, referindo-se ao pensamento de Julian Thomas: “A separação de mente e corpo [evocando o principal paradigma de Descartes] combinado com pensamentos filosóficos pré-existentes, deu origem - através da oposição forma e matéria, ao conceito do que é material [...] Entes viventes possuem, portanto [traçando sua origem no pensamento aristotélico], uma forma intrínseca e essencial que se desenvolve ao longo do tempo. No entanto, a forma do artefacto ou do material era imposto sobre ele pelo homem.” *[tradução própria]*³ (THOMAS apud [9.]).

³“Descartes’ separation of mind and body combined with an already existing philosophical position, that of the opposition of form and matter, to create the modern idea of the material [...] Living things had an intrinsic or essential form that develops over time, but the form of the artifact or material was imposed on it by humans” (THOMAS apud [9.]).



Diverge-se assim, nas teorias arqueológicas, dentro de sua epistemologia, na possibilidade de conhecer a cultura material completamente ou se ela é sequer apreensível tomada fora de sua temporalidade original. Ainda que se tratem de artefatos aos quais se possa inferir forma, função e intencionalidade, a capacidade de compreendê-los como se estes são originalmente seus atributos e se essas indagações são sequer importantes ao lidar com o objeto de estudo da arqueologia.

Nesse sentido, a arqueologia, sendo uma ciência no sentido de ser “um sistema de conhecimento que visa fornecer explanações a respeito de fenômenos por meio de um encadeamento de ideias, processos e atividades” [2.], lida a todo momento com questionamentos de ordem ontológica e epistemológica, aos quais podem ser atribuídos também os termos teoria, método e técnica respectivamente [2.]. Desta forma, teoria, definida por Araújo, é portanto “o conjunto coerente de preposições e suas relações entre si e uma classe geral de fenômenos”. Sendo então método, segundo o mesmo autor, um “subsistema de uma teoria usado para explicar ou lidar com subclasses de fenômenos com as quais esta lida” [2.].

3. **Considerações finais**

Desta forma, por causa das alternâncias no que se entende por arqueologia e no que consiste especificamente seu objeto de estudo e qual a sua natureza, existem variações no que se entende por metodologia da disciplina. Para operar como campo do conhecimento, a arqueologia precisa tomar pressupostos materialistas ao assumir, a antiguidade dos fenômenos que observa e sua existência independente do sujeito observador. No entanto, um posicionamento ontológico materialista limita-se somente no tocante à existência do objeto de estudo da arqueologia e, logo, não quanto à ontologia da cultura material. Portanto, põe-se esta separação devido ao facto de que nem sempre há consenso no que realmente constitui o objeto de estudo expresso da arqueologia, por vezes sendo artefactos, por vezes o homem, por vezes o passado [1.].



Isto, por sua vez, no entanto, não a define como disciplina - embora possa criar diferentes conceitos do que é e qual o objeto da arqueologia - e muito menos limita o escopo conceitual que perpassa o pensamento arqueológico. Cabendo então à epistemologia, por sua vez, analisar como o objeto da arqueologia pode ser apreendido.

Assim as questões: como o conhecimento é obtido; quais seus objetivos, seus pressupostos e seus vieses de pesquisa; onde há a distinção entre o fenomênico e o ideativo - sendo subordinadas à definição geral de teoria - demonstram a atitude epistemológica pela qual a disciplina lida com uma classe específica de fenômeno e definem, portanto, o método em arqueologia [1.]. Portanto, ao distinguir os fenômenos e as ideias separa-se o conhecimento em duas categorias, fenomênico e ideativo. Isto é importante pois, o não entendimento desta distinção pode fazer surgir confusão entre o observado e o meio pelo qual as observações são feitas [1.].

Por conseguinte, metodologia em arqueologia depende intrinsecamente de sua base conceitual, a qual é moldada necessariamente por uma abordagem ontologicamente materialista ao lidar com os objetos que estuda, reconhecendo, em última análise, a existência do passado independentemente da existência de um observador. Por sua vez, sua epistemologia atua como o divisor de águas entre as diversas linhas de pensamento em teoria arqueológica, ficando evidente que todas as correntes do pensamento arqueológico possuem em comum o fato que, como colocado anteriormente, lidam necessariamente com fenômenos. E, assim, através das teorias e métodos aplicados na arqueologia, acabam por retroevidenciar a visão geral das ontologias e epistemologias que permeiam os mesmos.

4. **Declaração de direitos**

O autor declara ser detentor dos direitos autorais da presente obra, que o artigo não foi publicado anteriormente e que não está sendo considerado por outra(o) Revista/Journal. Declara que as imagens e textos publicados são de responsabilidade do autor, e não possuem direitos autorais reservados a terceiros. Textos e/ou imagens de terceiros são devidamente citados ou devidamente autorizados com concessão de direitos para publicação quando necessário. Declara respeitar os direitos de terceiros e de Instituições públicas e privadas. Declara não



cometer plágio ou autoplágio e não ter considerado/gerado conteúdos falsos e que a obra é original e de responsabilidade do autor.

5. **Referências**

1. ALARCÃO, Jorge de. A escrita do tempo e a sua verdade: ensaios de epistemologia da arqueologia. Caminhos, ISBN: 978-9729761331, 2000.
2. ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Por uma arqueologia cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas. Appris, ISBN 978-8553700929, 2019.
3. BLACKBURN, Simon. The Oxford dictionary of philosophy. Oxford University Press, ISBN 978-0198735304, 2016.
4. BUNGE, Mario; MAHNER, Martin. Foundations of Biophilosophy SPRINGER, ISBN 978-3540618386, 1997.
5. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à epistemologia. Editora UNESP, ISBN 978-8539300549, 2010.
6. FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. Contexto, ISBN 978-8572442510, 2003.
7. THOMAS, Julian. Archaeology and modernity. Routledge, ISBN 978-0415271578, 2004.
8. TRIGGER, Bruce G. A history of archaeological thought. Cambridge University Press, ISBN 978-0521600491, 1989.
9. WALLACE, Sandra. Contradictions of Archaeological Theory: Engaging Critical Realism and Archaeological Theory. Routledge, ISBN 978-0415591270, 2011.